



Delta Informa



Informativo do Sindicato dos Delegados de Polícia e da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal

De 19 a 25 de fevereiro de 2016 - Edição nº 034

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA



às 18h30
no Clube da ADEPOL-DF

Setor de Clubes Sul, Trecho 02, Lote 25
Brasília - DF

UNIÃO: LEMA DO AUXÍLIO-MORADIA

“Homens e mulheres da polícia civil não são máquinas”, enfatiza o presidente do Sindepo, Benito

A Câmara Legislativa do DF foi palco de debate durante audiência pública sobre a ELO 90, que trata do auxílio-moradia dos policiais civis. Entidades de classe, secretariado, deputados e policiais debateram na manhã desta sexta-feira, 19, os rumos do encaminhamento deste importante projeto.

Em auditório lotado, representantes das categorias cobraram rapidez do governo na implantação do benefício. Por outro lado, representantes do GDF argumentaram com a realidade financeira atual e disseram que a implantação depende de adequação ao Orçamento.

Constitucionalidade do auxílio-moradia

Logo nas primeiras falas, foi discutida a constitucionalidade do auxílio-

-moradia. O advogado e ex-desembargador, Edson Ismanioto, explicou que o julgamento da ação de inconstitucionalidade deve acontecer em breve. Na opinião dele, a norma aprovada é apenas autorizativa, pois depende da iniciativa do Executivo em implantar o benefício, portanto constitucional. Ele argumentou ainda que o benefício já é pago no Judiciário e no próprio Ministério Público.

O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF, Benito Tiezzi, também abordou o tema e ressaltou que a lei vem sofrendo interpretações equivocadas. “Está aqui na lei federal 4.878/65, em plena vigência, no artigo 22, § 2º auxílio para moradia. O objetivo aqui é de apenas ratificar a medida”, esclareceu o delegado.

Lei nº 4.878 de 03 de Dezembro de 1965. Dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.

Art. 22. O funcionário policial fará jus ainda às seguintes vantagens:
I - Gratificação de função policial;
II - Auxílio para moradia

Fundo Constitucional

O Fundo Constitucional foi um dos pontos-chave da discussão. Deputados e entidades de classe enfatizaram que o FC vem sendo usado de forma indevida, tanto que uma representação foi feita ao Tribunal de Contas do DF para que o caso seja apurado.

O presidente do Sindepo, Benito Tiezzi, mais uma vez argumentou que

a lei não está sendo cumprida e leu o artigo que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Art. 1o Fica instituído o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, de natureza contábil, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

“Ou seja, a destinação do Fundo Constitucional é exclusivamente da segurança pública. Nesse país a gente esquece a Constituição, esquece a lei. Não há dúvida nenhuma. Entendemos a situação do GDF, da população, inclusive, nós somos a população. Essa cota de sacrifícios vai continuar com a gente? Eu acho que não, não merecemos”.

O presidente ainda disse ainda que “a atuação da polícia judiciária é o ponto fundamental nos números relativos à segurança pública. A curva do crime sobe e desce quando há nossa atuação. Nosso trabalho é de inteligência, homens e mulheres da polícia civil não são máquinas, não são substituíveis. E também é inarredável a nossa posição de que o aposentado está dentro da ELO 90”.

Encaminhamento

Após mais de 4 horas de debate, ficou decidido que os representantes das associações, dos sindicatos e do “movimento auxílio-moradia já” farão fundamentação técnica, planilha e opções orçamentárias para a apresentação ao governador do DF, Rodrigo Rollemberg. Os próximos passos têm apoio irrestrito do Diretor-Geral da PCDF, Eric Seba, que solicitou aos colegas que os trabalhos comecem na próxima semana.

Mesa de debate

Vários deputados distritais participaram da audiência pública e manifestaram defesa à reivindicação dos policiais. A presidente da Câmara Legislativa, deputada Celina Leão (PDT), ressaltou que a luta é “em defesa de quem coloca sua vida em risco em defesa da nossa vida”. Ela relatou casos de policiais que estão super endividados com o BrB.

O deputado Raimundo Ribeiro (PSDB) pediu rapidez na concessão do benefício. Da mesma forma se manifestaram os deputados Robério Nogueiros (PMDB), Agaciel Maia (PTC) e Cláudio Monteiro (Rede).

Também participaram da audiência a delegada Sandra Gomes, chefe de gabinete da secretaria de Segurança; e Alexandre Ribeiro, secretário-adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão.

FOTOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO AUXÍLIO-MORADIA



NO GABINETE DO GOVERNADOR

Na última terça-feira, 15, o governador do DF, Rodrigo Rollemberg, recebeu os diretores da Adepol e do Sindepo para tratar das demandas da categoria. O reajuste salarial, a nomeação dos novos delegados e o pagamento do auxílio-moradia foram os temas em destaque. Rollemberg se mostrou sensível aos pleitos das entidades e se comprometeu a manter um canal aberto e permanente de diálogo com a classe.

Participaram do encontro, a convite do governador, o Diretor-Geral da PCDF, Eric Seba, e o deputado distrital Wellington Luiz.



PLEITOS NA DIREÇÃO-GERAL

Nesta semana, as Entidades Integradas também cobraram celeridade em ações institucionais. Durante reunião na Direção-Geral da PCDF, as diretorias da Adepol e do Sindepo trataram das seguintes demandas:

- Regularização da substituição de plantão visando a devida remuneração do substituto pelo exercício do cargo comissionado.

- Formalização de normatização que visa regular a investigação criminal pelo delegado de polícia, bem como a valorização do delegado carterário.

- Formalização de consultas ao Tribunal de Contas do DF para a transformação das licenças-capacitação em licença-prêmio conforme previsto no Projeto de Lei Orgânica 90 do deputado Wellington Luiz.



VISITA ÀS CEFLAGS – P21

As Entidades Integradas começaram nesta semana a visitar as Delegacias de Polícia do DF em que funcionam as Centrais de Flagrantes. O objetivo é verificar as condições de trabalho em cada unidade e ouvir as sugestões/demandas dos colegas.

Durante o primeiro encontro com os delegados de polícia da 21ªDP, os colegas demonstraram grande insatisfação com o desprestígio da carreira em razão o modelo de gestão aplicado na PCDF, especialmente daqueles que atuam na atividade fim.

Em atenção a este pleito, as Entidades realizarão gestões junto à Direção-Geral para que seja publicada instrução normativa que regulamente a distribuição de procedimentos de forma objetiva, bem como estabeleça critérios objetivos de remoção e a criação de vínculos hierárquicos dos delegados cartorários com as equipes de investigação.



Os representantes das Entidades Integradas aproveitaram a ocasião para expor todas as ações adotadas em defesa da carreira e instituição. Foram detalhadas as medidas tomadas para garantir a paridade dos subsídios com os delegados da PF, implementação do auxílio-moradia, reconhecimento administrativo da licença-prêmio por assiduidade e não licença capacitação, nomeação de novos delegados, regulamentação

da substituição de plantão, dentre outros temas.

No próximo dia 22 será a vez da 23ª Delegacia de Polícia (Ceilândia – P Sul) receber a nossa visita. Contamos com o apoio dos colegas integrantes da unidade na divulgação e participação!

NA MÍDIA



Nesta semana, o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF, Benito Tiezzi, participou do programa Revista Brasília para tratar do Projeto de Lei 6433/13.

O PL visa assegurar que o delegado de polícia tome medidas simples com imediatismo, como a suspensão do porte de arma - caso o agressor tenha -, o afastamento imediato do lar, encaminhamento da vítima a programa de proteção entre outros que asseguram a integridade física da ofendida e seus familiares.

Além do tema, o apresentador Miguelzinho Martins aproveitou para abordar a situação da audiência de custódia

Ouçã a reportagem: <http://goo.gl/K0FynT>

NA MÍDIA

CRIMES SOB INVESTIGAÇÃO

População afetada à espera de respostas

Assim como a família de Eli, outras aguardam desfecho. Faltam dados que confirmem índice de solução

Marcia Antunes e Eliza Moura
marcia@poder360.com.br

Como a família dos responsáveis pela assassinato do servidor Eli Roberto Chagas, a investigação sobre o crime lançado no Diário da Justiça em 2011 está em andamento. Ele foi parte de uma operação afiançada de cinco horas a partir de uma denúncia feita no DF. A Secretaria de Segurança Pública diz não ter dúvidas de que o crime ocorreu em 2011, mas, no ano anterior, quase metade das mortes não foram solucionadas até os cadáveres. De acordo com estatísticas policiais, 22% das investigações de homicídios e assassinatos concluídas. O número de investigações policiais instauradas em 2011 foi 2,9% menor que no ano anterior, passando de 34 mil para 33 mil. Em janeiro deste ano, outras 2,5 mil foram abertas. Apesar disso, muitas ações estão em andamento, mas há falta de criminalidade investigadas pelo sistema de justiça. Não há um trabalho oficial de conclusão.

Antes mesmo de ser concluído, a afirmação de que 45,5% dos casos de homicídios investigados em 2011 não foram solucionados. Das 681 mortes, 315 crimes não foram concluídos. Em 2011, os não solucionados cresceram 20%. A Associação dos Delegados de Polícia do DF (Adelpol) afirma que, entre 2005 e 2011, foram solucionados 5,315 homicídios, o que corresponde a seis decimais de 7,315.

A Adelpol considera que um dos principais entraves para esclarecimento de crimes é o quadro reduzido de profissionais. A falta de uma proteção efetiva na investigação também poderia atrapalhar as investigações. Há que, muitas vezes, pessoas próximas ao acusado são as peças-chave. "O que nos ajuda são os nossos profissionais, que estão com uma qualificação acima da

média", destaca o presidente do sindicato, Benito Tiezzi.

"NÚMEROS SÃO REALIDADE"
O crime dos 109 anos de efetivamente concluídos e concluídos "ou" afirma Nelson Gonçalves, especialista em segurança pública. Ele explica que a duração não é padrão por depender da Justiça. "A duração depende de muitos fatores, especialmente quando a Polícia Civil investiga, relata e encaminha ao Ministério Público. Mas se não houver de fato, quando o MP aceita a denúncia", diz ele.

Gonçalves afirma que a PCDF pode ter os dados de inquéritos concluídos administrativamente, mas afirma que não há problemas em centralizar os dados "porque cada delegacia é responsável pelas próprias investigações". Apesar disso, pensa que essa infraestrutura deveria ser investigada e estruturada. Mesmo que haja pontos legais, ele acredita que uma investigação dura mais do que se espera por falta de recursos humanos. A quando a denúncia é aceita e o crime é solucionado, como ocorreu pelo presidente do Sindicato dos Policiais Civis, Rodrigo Prates, que aponta dificuldades desde o encaminhamento para a conclusão.



Jovens e elite compraram fofoca grossa por participação no atentado

diz aí

Você viu mudanças de policiamento no Gama após o crime?



Eliza Moura, advogada do caso

Depois de que aconteceu, observo as mudanças que o posto e a polícia fizeram.



Edilson Lima, diretor

Mudou-se o policiamento ali, ficou mais firme. Logo depois do crime, aumentamos.



Ana Flávia, jornalista

Após o crime, houve mudanças. Faltam policiais, técnicos e recursos.



Ricardo Marcondes, engenheiro

Muito, o policiamento ali ficou mais firme porque não tem policiamento suficiente.



Polícia patrulha porta da escola, local do crime que levou à morte de servidor

CASOS AINDA SEM CONCLUSÃO

Thalita da Costa, 24 anos, desapareceu em 27 de junho de 2011, quando pediu para sair da loja para ir ao trabalho, em um shopping, para fazer compras pessoais. Dois dias depois, o corpo da jovem foi encontrado abafado em um carro de táxi, próximo à DF-411, em Colúmbia. A mãe, Dina Maria Costa, 46 anos, acompanha a investigação e aguarda ainda um desfecho satisfatório para o caso.

com a polícia em alguns de sua filha. "A polícia não fala nada para gente para não atrapalhar as investigações, mas temo que Deus que não vai conseguir prender a pessoa que fez isso", afirma.

Mário Wilson, 30 anos, o empresário estava em sua casa, no Núcleo Rural Sargento, próximo à DF-100, em Sobradinho, quando viu sua esposa sendo invadida por quatro homens

armados, em 24 de janeiro. Quando avistou a mulher se aproximando, tentou avisá-la para se afastar e levou o tiro fatal. Semelhante, conhecido, na região de pedras, próximo à estrada de terra, foi o crime de

Wagner Sândia Gonçalves da Silva, 29 anos, o estudante de educação física morreu ao ser baleado no peito de uma festa que ocorreu em 10 de janeiro. O crime ocorreu em uma festa de

na festa de festa. A investigação ainda não foi concluída.

Fabiane da Silva Gomes, 28 anos, jovem abandonou o trabalho em uma festa, em 10 de janeiro, e foi encontrado no Lago Paranaíba. A família não se abateu e busca a identificação. A família de investigação trabalha com o atendimento de vítimas, mas não dispõem a hipótese de homicídio.

Jornal de Brasília

O Sindepo considera que um dos principais entraves para esclarecimento de crimes é o quadro reduzido de profissionais. A falta de uma proteção efetiva à testemunha também poderia atrapalhar as investigações, já que, muitas vezes, pessoas próximas ao suspeito são as peças-chave. "O que nos ajuda são os nossos profissionais, que estão com uma qualificação acima da média", sustenta o presidente do sindicato, Benito Tiezzi.

Leia mais : <http://goo.gl/wHjGuc>

CONSELHO EDITORIAL

Presidente da ADEPOL: Dr. José Werick de Carvalho

Presidente do SINDEPO: Dr. Benito Augusto Galiani Tiezzi

Diretor de comunicação: Ronney Matsui

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

Jornalista responsável: Taynara Melo

Diagramação: Rakell Simon

Facebook: <https://www.facebook.com/AdepoleSindepodf>

Facebook: <https://www.facebook.com/QueroSerDelegadoOFICIAL>

Twitter: @AdepolSindepodf

E-mail: imprensa@adepolsindepodf.org.br

ADEPOL-DF (61) 3233-0068

SINDEPO-DF (61) 3234-0575